



DIREITO DAS CONTRAORDENAÇÕES

Mestrado em Direito e Prática Jurídica

Regência: Professor Doutor Rui Soares Pereira

Exame de recurso: 26 de julho de 2022

Duração da prova: 90m

Tópicos de correção

1.

Explicação sucinta do caso ANF, com indicação do sentido das decisões tomadas pelo TCRS e pelo TRL.

Referência geral ao regime da responsabilidade contraordenacional das pessoas coletivas e especificidades face ao do CP.

Análise das possibilidades de recurso ao conceito de autoria (explicando qual o acolhido em matéria de contra-ordenações) para responsabilizar a ANF e indicação das dificuldades de aplicação estando em causa um ilícito contraordenacional imputado a título omissivo.

2.

Indicação da jurisprudência do TJUE relevante sobre responsabilidade parental ou de grupo.

Alusão ao conceito de empresa e aos critérios adotados na jurisprudência do TJUE.

Discussão da admissibilidade da responsabilidade parental ou de grupo em matéria contraordenacional, em especial no quadro do RJC.

3.

Explicação do sentido da responsabilidade cumulativa ou concorrente prevista em vários regimes jurídicos (v.g. no CP) e da sua aplicação no domínio das contraordenações, tendo em conta o disposto no RGCO e noutros regimes contraordenacionais, em especial o RJC.

Análise da possibilidade de integração dos diretores no leque de pessoas cujos efeitos das suas atuações podem vir a ser imputados à pessoa coletiva.

Discussão sobre se a imputação de responsabilidade contraordenacional à pessoa coletiva está dependente da imputação de responsabilidade contraordenacional às pessoas singulares e se a imputação à pessoa coletiva conduz à exclusão da responsabilidade das pessoas singulares.

Cotações: 1. 7 valores; 2. 7 valores; 3. 6 valores.